



Estratégia

CONCURSOS

Aula Extra

Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN

Professor: Ricardo Vale

AULA EXTRA – SIMULADO

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Simulado Final	1 - 9
2- Questões e Gabarito	10 - 14

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Chegamos à última aula do nosso curso, que consistirá em um **Simulado Final**, com **30 questões inéditas no padrão CESPE**. Se você ainda não estudou todas as aulas de nosso curso, aconselho que não faça o simulado agora. É melhor esperar para resolvê-lo depois que você já tiver, realmente, estudado tudo.

O Simulado não será fácil! O objetivo é mesmo que você se depare com questões mais difíceis do que aquelas com as quais você irá se defrontar no dia do seu concurso. Como sempre gosto de dizer: “treinamento difícil, combate fácil!”.

Tente fazer o simulado seguindo os padrões CESPE de correção (uma questão errada anula uma certa!). Isso permitirá que você, aos poucos, se adapte a essa banca examinadora e seu estilo de fazer provas. Considero que se você conseguir atingir uma **pontuação líquida de 67%** (que equivale a mais ou menos 20 pontos), você está **multíssimo bem para a prova**. Se fosse no dia do concurso, você, muito provavelmente, seria aprovado.

Todos preparados? Então, vamos em frente!

Um abraço,

Ricardo Vale

"O segredo do sucesso é a constância no objetivo!"

ricardovale@estrategiaconcursos.com.br

<http://www.facebook.com/rvale01>

(Questão Inédita) A Lei nº 9.883/99 instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), julgue os itens abaixo:

- 1.** O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a não intervenção, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a solução pacífica dos conflitos. A soberania nacional deve nortear a atividade de inteligência, podendo o País, em situações excepcionais, descumprir os acordos e convenções internacionais assumidos, desde que presente relevante interesse público.
- 2.** Inteligência é a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.
- 3.** O Gabinete de Segurança Institucional e a ABIN são os órgãos centrais do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), sendo responsáveis pela defesa do Estado democrático de direito, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- 4.** O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional. Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 5.** Os atos da ABIN, cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, poderão, quando necessário ao interesse público, ser publicados em extrato.

Comentários:

- 1.** Errada. Os **fundamentos** do SISBIN são a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana. Ademais, o SISBIN deverá observar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- 2.** Certa. Esse é o exato conceito de **inteligência**, previsto no art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.883/99.

3. Errada. O GSI não é órgão central do SISBIN. O órgão central do SISBIN é a **Agência Brasileira de Inteligência**. A responsabilidade pela defesa do Estado democrático de direito, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, é das Forças Armadas.

4. Certa. O controle externo da atividade de inteligência cabe ao **Poder Legislativo**. O órgão de controle externo da atividade de inteligência compõe-se dos **líderes da maioria e da minoria no SF e na CD**, assim como dos **Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional**, no SF e na CD.

5. Errada. Os atos da ABIN, cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, **deverão** ser publicados em extrato.

(Questão Inédita) A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, tem por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

Com base no Decreto nº 6.408/2008, que definiu a estrutura regimental da ABIN, julgue os itens a seguir:

6. Compete à Agência Brasileira de Inteligência, dentre outras atribuições, executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo; planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; e avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional.

7. Ao Departamento de Inteligência Estratégica compete obter informações e exercer ações de salvaguarda de assuntos sensíveis e de interesse do Estado e da sociedade, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.

8. Ao Departamento de Integração do Sistema Brasileira de Inteligência compete planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

Comentários:

6. Certa. Essas competências da ABIN estão previstas no art. 1º, § 1º, do Decreto nº 6.408/2008.

7. Errada. Essa competência é do **Departamento de Contra-Inteligência**.

8. Errada. Essa é uma missão da ABIN, e não uma missão específica do Departamento de Integração do SISBIN.

(Questão Inédita) A Lei nº 11.776/2008 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência. Além disso, foi a responsável pela criação das carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência.

Com base nessa lei, julgue os itens a seguir:

9. O Oficial de Inteligência tem como atribuições planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar a produção de conhecimentos de inteligência; ações de salvaguarda de assuntos sensíveis; operações de inteligência; atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico direcionadas à obtenção e à análise de dados e à segurança da informação; e o desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência.

10. João Paulo, Oficial de Inteligência da ABIN, realizou, no exercício de suas atribuições, um amplo estudo sobre os presidiários brasileiros e suas ligações com o crime organizado. Caso João Paulo queira, ele poderá divulgar o conteúdo do seu trabalho na Internet, independentemente de qualquer tipo de autorização.

Comentários:

9. Certa. Essas atribuições do Oficial de Inteligência estão relacionadas no art. 8º, da Lei nº 11.176/2008.

10. Errada. Segundo o art. 46, da Lei nº 11.776/2008, a propriedade intelectual criada por qualquer agente público em decorrência do exercício de suas atribuições ou na condição de representante da ABIN **pertence exclusivamente à União**, a quem caberá **exercer a eventual proteção ou a divulgação do seu conteúdo**, conforme disposto em ato do Diretor-Geral da ABIN.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre a Política de Segurança das Informações, estabelecida pelo Decreto nº 3.505/2000:

11. Compete à ABIN apoiar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional no tocante a atividades de caráter científico e tecnológico relacionadas à segurança da informação.

12. O Comitê Gestor da Segurança da Informação, com atribuição de assessorar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional na consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos no Decreto nº 3.505/2000.

Comentários:

11. Certa. De fato, é competência da ABIN **apoiar a Secretaria-Executiva do CDN** nas atividades de caráter científico e tecnológico relacionadas à **segurança da informação**.

12. Certa. Essas são atribuições do Comitê Gestor da Segurança da Informação, as quais estão previstas no art. 6º, do Decreto nº 3.505/2000.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito de informações classificadas:

13. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.

14. A informação classificada em qualquer grau de sigilo ou o documento que a contenha receberá um código, denominado Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada (CIDIC), o qual será composto por elementos que garantirão a proteção e a restrição temporária de acesso à informação classificada.

Comentários:

13. Certa. Segundo o art. 25, inciso I, do Decreto nº 7.724/2012, as informações imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional, são **passíveis de classificação**.

14. Certa. Toda **informação classificada receberá um código** denominado CIDIC. O CIDIC será composto por elementos que garantirão a proteção e a restrição temporária de acesso à informação classificada, e será estruturado em duas partes.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

15. Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta têm a obrigação de fornecer, sempre que solicitado, informações de

interesse coletivo ou geral, mas não são obrigados a divulgá-las na ausência de solicitação.

16. A Lei de Acesso à Informação é de abrangência nacional, vinculando a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No entanto, não se subordinam ao regime desta lei o Poder Legislativo e o Poder Judiciário; em razão do princípio da separação de poderes, o acesso à informação produzida no âmbito desses Poderes é regulado por leis específicas.

17. Segundo a Lei nº 12.527/2011, não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

18. O prazo máximo para restrição de acesso às informações ultrassecretas e secretas é, respectivamente, de 25 (vinte e cinco) e 15 (quinze) anos. As informações reservadas, por sua vez, terão prazo máximo de restrição de 5 (cinco) anos.

19. Em decorrência da Lei de Acesso à Informação, o Diretor-Geral da ABIN tem competência para classificar informações no grau reservado, independentemente de qualquer delegação.

Comentários:

15. Errada. Segundo o art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, é **dever dos órgãos e entidades públicas** promover, **independentemente de requerimentos**, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de **informações de interesse coletivo ou geral** por eles produzidas ou custodiadas.

16. Errada. A Lei nº 12.527/2011 também se aplica ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário.

17. Certa. É o que dispõe o art. 21, da Lei nº 12.527/2011.

18. Certa. Os prazos máximos para restrição de acesso às informações são: i) ultrassecretas: 25 anos; ii) secretas: 15 anos e; iii) reservadas: 5 anos.

19. Certa. Segundo o art. 27, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, as autoridades que exerçam **funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior**, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente poderão classificar informações no grau reservado. O Diretor-Geral da ABIN enquadra-se nesse grupo de

autoridades com competência para classificar informações no grau reservado.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre nacionalidade e situação jurídica do estrangeiro:

20. Brian Green, americano, pretendendo mudar-se para o Brasil, adquire um imóvel no Rio de Janeiro. Nessa situação, ele terá direito subjetivo a receber a concessão de visto temporário, podendo, ainda, receber visto permanente.

21. Joseph Aragorn, canadense, ingressa no Brasil com visto de turista. No entanto, passados 200 dias, ele ainda não regressou ao Canadá, tendo decidido ficar no país por mais algum tempo. Nessa situação, Joseph Aragorn poderá ser expulso do território nacional.

22. Pablo Rossi, italiano com domicílio no Brasil, casou-se em dezembro de 2008 com Ana Maria, brasileira. Considerando-se que em dezembro de 2013, eles completam 5 anos de casamento, Pablo Rossi não poderá ser expulso a partir dessa data.

Comentários:

20. Errada. Segundo o art. 6º, da Lei nº 6.815/80, a **posse ou a propriedade** de bens no Brasil **não confere ao estrangeiro o direito de obter visto de qualquer natureza**, ou autorização de permanência no território nacional.

21. Errada. A estadia de Joseph Aragorn no Brasil se tornou irregular, motivo pelo qual **deverá ser deportado**.

22. Certa. Segundo o art. 75, da Lei nº 6.815/80, não se procederá à expulsão quando o estrangeiro tiver **cônjuge brasileiro do qual não esteja divorciado ou separado**, de fato ou de direito, e desde que o casamento tenha sido celebrado **há mais de 5 (cinco) anos**.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito da legislação relativa à Faixa de Fronteira:

23. Laurence Stanton, americano com domicílio no Brasil, detém 40% do capital social da empresa Brazilian Communication Services, empresa que se dedica à exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens. A empresa poderá instalar-se na faixa de fronteira, mas, para isso, necessitará do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

24. A empresa brasileira “Sonhos Felizes Minerações”, cujo capital social é 100% nacional, dedica-se às atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais. Nessa situação, a empresa poderá se instalar na faixa de

fronteira, a fim de executar suas atividades, independentemente de qualquer autorização prévia.

Comentários:

23. Errada. As empresas que se dedicam à exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens na faixa de fronteira deverão ter capital social **100% pertencente a brasileiros**. Logo, a empresa Brazilian Communication Services não poderá se instalar na faixa de fronteira.

24. Errada. Para que essa empresa possa se instalar na faixa de fronteira, será necessário o assentimento prévio do CDN.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre o acesso ao patrimônio genético e a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado:

25. Bioprospecção é a atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.

26. Uma empresa estrangeira não poderá ser autorizada a participar de expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ*.

Comentários:

25. Certa. Esse é o conceito de bioprospecção, segundo o art. 7º, inciso VII, da Medida Provisória nº 2.186-16.

26. Errada. Segundo o art. 16, § 6º, da Medida Provisória nº 2.186-16, a **participação de pessoa jurídica estrangeira** em expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ* e para acesso de conhecimento tradicional associado somente será autorizada quando **em conjunto com instituição pública nacional**.

(Questão Inédita) A Política de Defesa Nacional foi aprovada pelo Decreto nº 5.484/2005 e consiste em documento norteador para as medidas estatais voltadas para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, sejam elas potenciais ou manifestas. Sobre a Política de Defesa Nacional, julgue os itens a seguir:

27. O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para

alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

28. A defesa nacional, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.

Comentários:

27. Certa. Um dos pontos fundamentais da Política de Defesa Nacional é o fortalecimento da indústria de defesa.

28. Errada. Esse é o conceito de **segurança nacional**.

(Questão Inédita) Acerca dos crimes previstos no Código Penal e na Lei de Segurança Nacional, julgue os itens a seguir:

29. Durante as investigações dos crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional, a autoridade que presidir o inquérito poderá manter o indiciado preso ou sob custódia, pelo prazo de quinze dias, comunicando imediatamente o fato ao juízo competente.

30. O crime de peculato consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Comentários:

29. Errada. Esse dispositivo da LSN não foi recepcionado pela CF/88. Pelo atual texto constitucional, ninguém será preso senão em **flagrante delito** ou por **ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente**, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

30. Errada. O crime descrito é o de **corrupção passiva**.

LISTA DE QUESTÕES

(Questão Inédita) A Lei nº 9.883/99 instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, que integra as ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Sobre o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), julgue os itens abaixo:

- 1.** O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a não intervenção, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a solução pacífica dos conflitos. A soberania nacional deve nortear a atividade de inteligência, podendo o País, em situações excepcionais, descumprir os acordos e convenções internacionais assumidos, desde que presente relevante interesse público.
- 2.** Inteligência é a atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos dentro e fora do território nacional sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.
- 3.** O Gabinete de Segurança Institucional e a ABIN são os órgãos centrais do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), sendo responsáveis pela defesa do Estado democrático de direito, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- 4.** O controle e fiscalização externos da atividade de inteligência serão exercidos pelo Poder Legislativo na forma a ser estabelecida em ato do Congresso Nacional. Integrarão o órgão de controle externo da atividade de inteligência os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como os Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 5.** Os atos da ABIN, cuja publicidade possa comprometer o êxito de suas atividades sigilosas, poderão, quando necessário ao interesse público, ser publicados em extrato.

(Questão Inédita) A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, tem por competência planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas na forma da legislação específica.

Com base no Decreto nº 6.408/2008, que definiu a estrutura regimental da ABIN, julgue os itens a seguir:

6. Compete à Agência Brasileira de Inteligência, dentre outras atribuições, executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob a supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo; planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; e avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional.

7. Ao Departamento de Inteligência Estratégica compete obter informações e exercer ações de salvaguarda de assuntos sensíveis e de interesse do Estado e da sociedade, bem como das áreas e dos meios que os retenham ou em que transitem.

8. Ao Departamento de Integração do Sistema Brasileira de Inteligência compete planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

(Questão Inédita) A Lei nº 11.776/2008 dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos da Agência Brasileira de Inteligência. Além disso, foi a responsável pela criação das carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência.

Com base nessa lei, julgue os itens a seguir:

9. O Oficial de Inteligência tem como atribuições planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar a produção de conhecimentos de inteligência; ações de salvaguarda de assuntos sensíveis; operações de inteligência; atividades de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico direcionadas à obtenção e à análise de dados e à segurança da informação; e o desenvolvimento de recursos humanos para a atividade de inteligência.

10. João Paulo, Oficial de Inteligência da ABIN, realizou, no exercício de suas atribuições, um amplo estudo sobre os presidiários brasileiros e suas ligações com o crime organizado. Caso João Paulo queira, ele poderá divulgar o conteúdo do seu trabalho na Internet, independentemente de qualquer tipo de autorização.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre a Política de Segurança das Informações, estabelecida pelo Decreto nº 3.505/2000:

11. Compete à ABIN apoiar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional no tocante a atividades de caráter científico e tecnológico relacionadas à segurança da informação.

12. O Comitê Gestor da Segurança da Informação, com atribuição de assessorar a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional na consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos no Decreto nº 3.505/2000.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito de informações classificadas:

13. São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.

14. A informação classificada em qualquer grau de sigilo ou o documento que a contenha receberá um código, denominado Código de Indexação de Documento que contém Informação Classificada (CIDIC), o qual será composto por elementos que garantirão a proteção e a restrição temporária de acesso à informação classificada.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação):

15. Os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta têm a obrigação de fornecer, sempre que solicitado, informações de interesse coletivo ou geral, mas não são obrigados a divulgá-las na ausência de solicitação.

16. A Lei de Acesso à Informação é de abrangência nacional, vinculando a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. No entanto, não se subordinam ao regime desta lei o Poder Legislativo e o Poder Judiciário; em razão do princípio da separação de poderes, o acesso à informação produzida no âmbito desses Poderes é regulado por leis específicas.

17. Segundo a Lei nº 12.527/2011, não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

18. O prazo máximo para restrição de acesso às informações ultrassecretas e secretas é, respectivamente, de 25 (vinte e cinco) e 15 (quinze) anos. As informações reservadas, por sua vez, terão prazo máximo de restrição de 5 (cinco) anos.

19. Em decorrência da Lei de Acesso à Informação, o Diretor-Geral da ABIN tem competência para classificar informações no grau reservado, independentemente de qualquer delegação.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre nacionalidade e situação jurídica do estrangeiro:

20. Brian Green, americano, pretendendo mudar-se para o Brasil, adquire um imóvel no Rio de Janeiro. Nessa situação, ele terá direito subjetivo a receber a concessão de visto temporário, podendo, ainda, receber visto permanente.

21. Joseph Aragorn, canadense, ingressa no Brasil com visto de turista. No entanto, passados 200 dias, ele ainda não regressou ao Canadá, tendo decidido ficar no país por mais algum tempo. Nessa situação, Joseph Aragorn poderá ser expulso do território nacional.

22. Pablo Rossi, italiano com domicílio no Brasil, casou-se em dezembro de 2008 com Ana Maria, brasileira. Considerando-se que em dezembro de 2013, eles completam 5 anos de casamento, Pablo Rossi não poderá ser expulso a partir dessa data.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir a respeito da legislação relativa à Faixa de Fronteira:

23. Laurence Stanton, americano com domicílio no Brasil, detém 40% do capital social da empresa Brazilian Communication Services, empresa que se dedica à exploração de serviços de radiodifusão de sons e imagens. A empresa poderá instalar-se na faixa de fronteira, mas, para isso, necessitará do assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional.

24. A empresa brasileira “Sonhos Felizes Minerações”, cujo capital social é 100% nacional, dedica-se às atividades de pesquisa e lavra de recursos minerais. Nessa situação, a empresa poderá se instalar na faixa de fronteira, a fim de executar suas atividades, independentemente de qualquer autorização prévia.

(Questão Inédita) Julgue os itens a seguir sobre o acesso ao patrimônio genético e a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado:

25. Bioprospecção é a atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.

26. Uma empresa estrangeira não poderá ser autorizada a participar de expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ*.

(Questão Inédita) A Política de Defesa Nacional foi aprovada pelo Decreto nº 5.484/2005 e consiste em documento norteador para as medidas estatais voltadas para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, sejam elas potenciais ou manifestas. Sobre a Política de Defesa Nacional, julgue os itens a seguir:

27. O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

28. A defesa nacional, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado.

(Questão Inédita) Acerca dos crimes previstos no Código Penal e na Lei de Segurança Nacional, julgue os itens a seguir:

29. Durante as investigações dos crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional, a autoridade que presidir o inquérito poderá manter o indiciado preso ou sob custódia, pelo prazo de quinze dias, comunicando imediatamente o fato ao juízo competente.

30. O crime de peculato consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

GABARITO

1. E	7. E	13. C	19. C	25. C
2. C	8. E	14. C	20. E	26. E
3. E	9. C	15. E	21. E	27. C
4. C	10. E	16. E	22. C	28. E
5. E	11. C	17. C	23. E	29. E
6. C	12. C	18. C	24. E	30. E